

POLÍTICA PÚBLICA E EDUCAÇÃO EM PRINCESA ISABEL / PB: TENSÃO DOS OPOSTOS ENTRE 2000-2008

PUBLIC POLICY AND EDUCATION IN PRINCESS ISABEL / PB: TENSION OF OPPOSITES BETWEEN 2000-2008

Clodoaldo José de Lima ¹

RESUMO

Esta pesquisa analisa as políticas públicas para a educação básica no município de Princesa Isabel/PB e tem como objeto de investigação a análise das políticas implementadas no período de 2000 a 2008, cujo tema central se refere à tensão dialética entre gestores e professores no fenômeno da educação político-prática municipal. A pesquisa em seu contexto evoca uma leitura reflexiva das matizes que integram a construção do processo educacional, partindo-se da concepção de Estado, de sociedade e de política como direito público subjetivo garantido pela Constituição Federal de 1988, até a identificação das ações políticas efetivamente implementadas pelo município no recorte temporal citado. O problema constitutivo emerge na seguinte forma expressiva: a política pública e a educação em Princesa Isabel formaram uma unidade dual do processo educativo entre 2000-2008? Tendo em vista ter sido dada prioridade à construção e implementação do eixo político-pedagógico, o método dialético aparece em todo o texto, mais explicitamente na dialética de leitura, quando se promove a leitura dos instrumentos de coleta de dados onde se faz uma análise criteriosa da tensão dialética constatada entre os opostos, pela mediação dos indicadores de leitura subordinados às categorias estudadas. O primeiro capítulo contextualiza as categorias política pública e educação dentro do espaço epistêmico da sociedade como atividade de conhecimento de poder estatal, a partir de um processo de tomadas de decisões que culmina na escolha das prioridades que vão definir os interesses públicos, de onde emergem os objetos material e formal da pesquisa. O segundo, mapeando o binômio política-educação em Princesa Isabel, identifica as práticas político-pedagógicas efetivamente implantadas no município à luz da leitura dos instrumentos de coleta de dados postos sob o ângulo da tensão histórico-dialética dos opostos em busca da síntese como prática histórica da construção de um processo educacional democrático e libertador. O terceiro e último, constitui-se no eixo principal da pesquisa, cujos referenciais são extraídos por meio de uma análise criteriosa dos instrumentos utilizados no decorrer do trabalho, onde se trabalhou acerca da complexidade dualista existente entre política e educação e constatou-se que, em face da complexidade dialética verificada pela tensão dos opostos e das relações de influências recíprocas que uns exercem sobre os outros, as ações educativas devem ser trabalhadas de maneira tal que os atores envolvidos no processo mantenham uma estreita e correlata interação, onde o diálogo deve ser o fio condutor dessa construção. Os resultados evidenciam a confirmação do hipotético como tese de que a política pública e a educação em Princesa Isabel não realizaram a unidade político-pedagógica entre os anos 2000 a 2008.

PALAVRAS-CHAVE: Política. Educação. Gestão. Municipal. Dialética.

ABSTRACT

This research analyzes the public policies for basic education in the municipality of Princesa Isabel, Paraíba State and the purpose of this investigation is the analysis of policies implemented in the period 2000 to 2008, the central theme of which refers to the dialectical tension between managers and teachers in the phenomenon of municipal educational policy and practice. The research in its context evokes reflective reading of the nuances that make up the construction of the educational process, starting from the conception of the State, society and politics as a subjective public right guaranteed by the Federal Constitution of 1988, to the identification of policy actions effectively implemented by the municipality in the time frame mentioned previously. The problem arises in the following constitutive expressive form: public policy and education at Princesa Isabel formed a dual unity of the educational process between 2000-2008. In order for it to have been given priority in the construction and implementation of pedagogical-political axis, the dialectical method appeared throughout the text, most explicitly in the dialectics of reading, when promoting reading of the data collection instruments by critical analysis the dialectical tension of opposites was found, through the mediation of the indicators read subject to the categories studied. The first chapter contextualizes the categories of public policy and education within the area of epistemic activity of society as knowledge of state power, from a decision-making process that culminates in the choice of priorities that will define the public interest, from which emerge the objects of material and formal research. The second, maps the binomial education policy in Princesa Isabel, identifies the political-pedagogical praxis effectively implemented in the municipality in light of reading the data collected from the viewpoint of the historical and dialectical tension of opposites in search of synthesis such as the historical praxis of the construction of a democratic and liberating educational process. The third and last, constitutes the main axis of the research, whose frames of reference are extracted through critical analysis of the instruments used in this work, which concerned the complexity of the dual existence of politics and education and found that, in view of the complex dialectics, verified by the tension of opposites and the relationship of reciprocal influences they exert on each other, educational activities should be worked in such a way that those involved maintain close and correlated interaction, where the dialogue should be the guiding principle of this construction. The results evidence confirmation of the hypothetical theory that public policy and education at Princesa Isabel did not undergo politico-educational unity in the years 2000 to 2008.

KEYWORDS: Politics. Education. Management. Municipal. Dialectics.

¹ Acadêmico do curso de Mestrado em Ciências da Educação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnológicas.

E-mail: doutorclodoaldo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa busca analisar e aprofundar a discussão sobre as políticas públicas para a educação básica no município de Princesa Isabel/PB¹, no período de 2000 a 2008, sob o ponto de vista da tensão dialética do processo educativo instaurada entre gestores e professores, tema considerado de fundamental importância não somente no contexto educacional, mas também no social, que instiga todos os atores envolvidos no processo e que anseiam por uma educação democrática sob a égide do princípio do ideário libertador.

Ao desenvolver o estudo sobre as políticas públicas, como programas governamentais que se destinam à concretização de objetivos específicos em dado lapso temporal

(BUCCI, 2006), notadamente as viabilizadas na cidade de Princesa Isabel², constitui interesse em específico, o que já está sendo realizado em termos de educação. Analisando se essas ações estão (ou não) formando uma unidade dual no processo educativo, com o fito de proporcionar uma efetiva melhoria nas condições sociais de todos, levando-se em consideração a tensão verificada entre os opostos, ou seja, entre os professores, responsáveis diretos pela execução das políticas educacionais e os gestores, que detêm a legitimidade para traçar os programas governamentais.

Qualquer análise sobre a educação brasileira, notadamente municipal, necessita ser compreendida no contexto de uma sociedade em constante transformação (AZEVEDO, 2000) e esse se constitui de intenso debate e efetivação de reformas educacionais em todo o Brasil e conseqüentemente no município de Princesa Isabel, discussão que está gestada em todo o trabalho.

Essa luta por uma educação pública de qualidade vem sendo travada, historicamente, por meio de fóruns, congressos, encontros e movimentos organizados por grupos comunitários, instituições públicas e em especial

pelos próprios professores como anseio de uma gestão mais democrática com a efetiva participação de todos os sujeitos direta e indiretamente ligados à educação, que passam a exigir do Estado que a construção do processo das políticas públicas educacionais seja promovida com a efetiva participação de todos os interessados nos resultados a serem obtidos.

A investigação se justifica pela importância de avançar no conhecimento sobre a realidade com base científica das políticas públicas para a educação básica no âmbito municipal, cujo objetivo central é detectar a identidade do espaço existente entre os gestores e professores, oriundo do conflito dialético entre ambos que impedem a concretização da unidade político-pedagógica do processo educacional.

Para compreensão das ações desenvolvidas no interior da escola, é de suma importância analisar e verificar as políticas públicas educacionais planejadas pelo governo municipal e como efetivamente os professores se apropriam e executam essas políticas, identificando possíveis situações que possam desencadear uma ruptura em termos político-prático na educação de Princesa Isabel.

Como se sabe, não há neutralidade na educação (FREIRE, 2010). Aquilo que é planejado em termos políticos, sociais e pedagógicos por um lado representa, em grande parte, os interesses individuais de cada uma destas classes; por outro, não significa que seja aceito, na íntegra, pelos sujeitos sociais, pois estes dão seus próprios significados às leis e aos planejamentos, em face do permissivo legal previsto na Constituição Federal de 1988 que alicerça o Estado Democrático de Direito, como garantia da liberdade do eixo político-educacional (TEIXEIRA, 2007).

Em meio a essas assertivas, foi desenvolvida uma pesquisa acadêmica que arbitrase a relação da compreensão do binômio **política pública e educação**, permeando as relações sociais criadas a partir da apropriação e execução destas políticas pelo professor, do ângulo devista da relevância acadêmica e científica de

se ter uma visão das práticas dos docentes da rede pública de ensino sobre as políticas adotadas no período da pesquisa.

Os docentes da rede pública municipal de ensino de Princesa Isabel se constituem objeto desta pesquisa, ao passo que as políticas públicas educacionais para a educação básica tornaram-se fontes auxiliares ao desenvolvimento deste trabalho que possibilitará a identificação da *tensão dialética* existente entre os sujeitos da ação educativa pontos focais da pesquisa.

A opção pelo período 2000 a 2008, como tempo de estudo e pesquisa para a dissertação de mestrado em educação, nasceu da experiência vivida pelo autor quando fora convidado pelo prefeito do município a assumir o cargo de Secretário Municipal de Educação e Cultura, passando daí a manter íntima ligação com o processo educativo cuja tensão dialética com o corpo docente, fruto de experiências de gestões anteriores, buscou contornar durante toda a sua gestão, implementando um novo modelo de governação com a efetiva participação de toda a comunidade escolar por meio de uma gestão democrática como forma de realizar a unidade político-pedagógica no município de Princesa Isabel.

Neste contexto histórico e epistêmico, o título da dissertação evoca uma leitura reflexiva dos matizes que integram a construção do processo educacional, partindo-se da concepção de Estado, de sociedade e de política como direito público subjetivo garantido pela Constituição Federal de 1988.

O problema constitutivo para a dissertação emerge na seguinte forma expressiva: a política pública e a educação em Princesa Isabel formaram uma unidade dual do processo educativo entre 2000-2008? Este problema se sustenta, como questão, em face da experiência vivida pelo autor deste trabalho quando ao assumir o cargo de gestor educacional do município se deparou com uma enorme resistência por parte dos professores, tendo se constituído em árdua tarefa essa desmistificação de uma necessária tensão entre os

opostos, que somente foi possível face à relação dialógica democrática e constante mantida durante todo o período em que ocupou a pasta.

A superação do fascínio pelas políticas públicas educacionais, na direção da cientificidade deste dado de formação de conhecimento da humanidade, fez-se no assumir os seguintes desafios:

- Identificar a maneira como os professores da rede pública de ensino se apropriam e executam as políticas públicas para a educação básica implantadas no município de Princesa Isabel entre 2000- 2008;
- Analisar os conceitos que norteiam as políticas educacionais para a educação básica direcionadas pelo município de Princesa Isabel em regime de cooperação com o Estado e União, por intermédio do Ministério da Educação;
- Identificar se as efetivas práticas educacionais executadas pelos professores em sala de aula com base nas determinações advindas das políticas públicas formaram uma unidade dual do processo educativo.

Assumindo esses desafios, espera-se contribuir para a diminuição do espaço existente entre gestores e professores causado pela tensão dialética destes opostos. A novidade está em estudar as políticas públicas educacionais sob o ponto de vista da tensão dialética do processo educativo.

REVISÃO DA LITERATURA

Para compreensão das categorias **política pública** e **educação**, necessário se faz uma contextualização destas, dentro do espaço epistêmico da sociedade como atividade de conhecimento de poder estatal, a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos, bem como diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados ao conjunto de processos que culmina na escolha adequada e coletiva das prioridades que irão definir os interesses públicos,

competindo situar a educação como ato político indicotomizável face à proximidade e relações de influências recíprocas que política e educação exercem uma sobre a outra. Este é o conteúdo da primeira unidade do presente trabalho.

A segunda unidade adentra na contextualização do binômio política-educação em Princesa Isabel, onde se discorre sobre o sistema municipal de ensino como um todo, identificando os detalhes dos Projetos Político-Pedagógicos implantados e trabalhados pela Secretaria de Educação no período do recorte temporal deste trabalho, finalizando o tópico, com uma leitura dos instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa, consistente nos questionários aplicados a amostra probabilista dos professores selecionados, bem como nas entrevistas realizadas com os gestores que se sucederam no período pesquisado.

Na terceira unidade apresenta-se o eixo principal da pesquisa, cujos referenciais são extraídos por meio de uma análise criteriosa dos instrumentos utilizados no decorrer do trabalho, cujos dados foram cruzados na temática apresentada no segundo capítulo, onde se trabalhou acerca da complexidade dualista existente entre política e educação como fato causador de graves danos à construção do processo educativo e constatou-se que as políticas públicas educacionais, em face da complexidade dialética verificada pela tensão dos opostos e das relações de influências recíprocas que uns exercem sobre os outros, devem ser trabalhadas de maneira tal que os atores envolvidos no processo mantenham uma estreita e correlata interação, onde o diálogo é o fio condutor dessa construção. Ao final, verifica-se que não há como se pensar em educação como fenômeno dissociado da política, pois essa separação seria um contra-senso ao princípio da liberdade democrática que funda o ideal político de que a educação é um fenômeno de civilização.

Numa palavra, procurou-se responder ao objetado previamente, confirmando-se o dado hipoteticamente proposto de que a política pública e a

educação em Princesa Isabel não realizaram a unidade político-pedagógica entre os anos 2000 a 2008.

As ações desenvolvidas pelo Estado, em face das constantes modificações que a sociedade sofre com o decorrer dos tempos, podem resultar consequências diferentes das esperadas, notadamente por se destinarem aos mais variados grupos sociais, cujo “impacto das políticas sociais implementadas pelo Estado sofrem o efeito de interesses diferentes expressos nas relações sociais de poder” (HOFLING, 2001:35).

Como forma de reverter o desequilíbrio social emanado dessas relações e no desempenho do seu papel de atender aos reclames e anseios de toda a sociedade, a administração pública deve prioristicamente implementar programas de ação universalizantes, possibilitando o agrupamento das conquistas sociais pelos grupos e setores menos favorecidos (cf. HOFLING, 2001:39). Desta forma, mais do que ofertar serviços sociais, como a educação, as ações públicas em um Estado democrático, devem ser concebidas como um **direito público subjetivo** que visam resguardar interesses individuais quando os mesmos coincidem com o interesse público.

No contexto da liberdade democrática que forma o ideal político de uma civilização, a figura do direito público subjetivo, quando aplicada a um direito social como a educação,

deve ser interpretada de forma ampliada em relação ao momento de seu surgimento, sob a égide do Estado Liberal, a fim de assegurar a exigibilidade coletiva e não apenas individual, do bem jurídico protegido. O seu objeto também deve ser alargado, para incluir as políticas públicas. [...] Na realidade, o fato de a Constituição atual ter enunciado de forma expressa o direito público subjetivo como regime específico do direito ao ensino fundamental conferiu aos indivíduos, irrecusavelmente, uma pretensão e uma ação para exigirem seus direitos, o que, no caso de outros direitos sociais, vem suscitando maiores objeções, pois o seu

objeto primário é a realização de políticas públicas (DUARTE, 2004:116).

Sob um ângulo constitucionalista, sendo a educação um **direito público subjetivo**, afigura-se, destarte, como um direito fundamental, que, na visão de Bonavides (2009:560) tem como fim precípua “criar e manter os pressupostos elementares de uma vida na liberdade e na dignidade humana”, como princípios basilares que fundamentam o Estado democrático de direito, cujas normas são “expressão imediata da vontade do corpo social” (BONAVIDES, 2009: 275). Como alhures dito, o princípio fundamental do governo democrático é a liberdade (cf. ARISTÓTELES, 1985:193§6) e o papel do Estado democrático é justamente tomar a si próprio a tarefa de manter essa liberdade que é imprescindível como fator de propulsão da sociedade e, conseqüentemente, da educação, mantendo os serviços educacionais longe das influências imediatistas dos governos e das ideologias partidárias porque a profunda afinidade entre educação e regime democrático provém menos do fundamento do segundo no voto popular, que da sua necessária imparcialidade doutrinária e confiança no progresso da humanidade, em que uma e outro devem assentar. Democracia sem educação e educação sem liberdade são antinomias, em teorias, que desfecham, na prática, em fracassos inevitáveis (TEIXEIRA, 2007:58-59).

Vê-se, desta forma, que a construção do processo democrático lastreia-se no embate entre sociedade e Estado, que culmina com as definições, reformulações ou desativação das políticas públicas, conforme o grau de mobilização da sociedade e do próprio Estado e como elemento fundamental desse processo de afirmação da democracia, donde a educação é vista como modo de organização social e político da coletividade humana. Constitui-se, assim, em importante requisito a fim de que sejam acionados e consolidados canais adequados de participação, com o propósito de garantir o exercício dos direitos políticos e sociais, por intermédio da constante luta pela sua conquista, bem como pelas práticas

políticas voltadas para a garantia da efetividade desses direitos.

Nestes moldes, infere-se que “a educação é um fenômeno de civilização” (TEIXEIRA, 2007:42) que serve de princípio basilar para a reconstrução da própria sociedade ao longo dos tempos, onde naturalmente transfere por herança seus costumes, hábitos, capacidades, aspirações, sendo, portanto, uma prática social constitutiva e constituinte das relações sociais, geradas a partir das discussões sobre as mais diversas concepções de homem, mundo e sociedade (cf. DOURADO, 2007:923).

A educação se constitui como direito humano universal, sendo a chave para a erradicação de várias mazelas sociais e fonte para o desenvolvimento humano sustentável, sendo responsabilidade do Estado a promoção das políticas públicas necessárias para o atingimento desse fim precípua.

Deve, portanto, ser entendida como processo amplo de socialização da cultura, historicamente produzida pelo homem e deve sempre estabelecer uma relação dialética com o contexto da sociedade na qual está inserida, cujo processo contínuo de interação entre os conhecimentos adquiridos progressivamente e os padrões de comportamento adotados dentro do sistema de valores adotados pela sociedade se integram ao ambiente sociocultural que, em resposta a essa inter-relação, dará “garantias especiais ao homem através de seu enraizamento nele” (cf. FREIRE, 1990:35).

Sobre a construção do processo educacional, deve-se levar em consideração que

a educação é assim, não uma alavanca para a transformação da sociedade, mas, sem sombra de dúvidas, essencial para a transformação, que só é possível à medida em que as pessoas vão tomando consciência de sua condição de oprimido(a), buscando conquistar sua libertação e sua humanização, aliado à descoberta de que mesmo sendo iletrado(a), são portadores(as) de saberes/conhecimentos, portanto, cultos, vão aos poucos percebendo que assim

como são capazes de transformar com seu trabalho aquilo que não fazem – a natureza –, são capazes de transformar a sociedade que fazem [...] (OLIVEIRA, 1999:42).

Sendo, pois, um processo histórico de formação, capacitação e transformação, contribuindo para a elaboração e aquisição de conhecimentos, bem como de formação da consciência da sociedade, a educação é um ato político, cujo eixo central torna inseparáveis as ações educacionais e as ações políticas em face da proximidade e das relações de influências recíprocas que uma exerce sobre a outra, visto que *a politicidade do ato educativo é concomitante à educabilidade do ato político; a educação é sempre política e a atividade política educa* (SCOCUGLIA, 2006:81).

Considerando a sociedade como fonte inesgotável de crescimento e evolução em todos os aspectos, e os indivíduos que a compõem seres em constante crescimento e expansão no plano intelectual, físico, espiritual, moral, criativo e social, o sistema educacional deve privilegiar o desenvolvimento dessas diferentes dimensões, fomentando valores como o respeito aos direitos humanos, além da participação social na vida pública, sempre em condições de liberdade e dignidade (cf. DUARTE, 2004:115).

MÉTODO

Indubitavelmente, a metodologia teve fundamental importância por ter de ultrapassar os aspectos formais das políticas públicas educacionais, para, junto da dialética histórica (BRITO; CHANG, 2002), possibilitar uma hermenêutica na busca da síntese na tensão dos opostos, o que se fez possível com a contribuição de Paulo Freire (1981; 1987; 1990; 1995; 2000; 2001; 2010).

Em face da exigência do tema foi utilizado o método dialético histórico para identificarmos de sobremaneira as contradições inerentes ao fenômeno da tensão dialética entre os opostos, considerando as ações

envolvidas em-si e para-si, a fim de descobrirmos as determinações do entendimento (BRITO; CHANG, 2002), com base na reconstrução formal dos fatos, estabelecendo o processo de continuidade e entrelaçamento entre os fenômenos dados.

O processo dialético articula as atenções dos sujeitos em face à habilidade dos protagonistas, penetrando o mundo dos fenômenos, por intermédio de uma ação bipolar (tese e antítese³), da contradição inerente ao fenômeno da mudança que ocorre na sociedade, cujas circunstâncias pressupõem atitudes concretas em relação ao fenômeno, possibilitando objetivar-se o comportamento, as estratégias e os meios democráticos na tensão dialética dos opostos.

O método dialético pode ser compreendido pela dinâmica tese + síntese + antítese, o que implica dizer que “tudo é conseqüência de idéias e forças que na oposição geram a realidade concreta. Esta, ao se tornar síntese, torna-se tese outra vez, pois traz consigo seu oposto, a antítese. Por sua vez, a antítese lutará de novo e fará surgir nova síntese” (LOPES, 2007:19).

O método dialético foi utilizado, entre outros autores, por Marx para compreender e explicar as mudanças que se realizaram na história da humanidade, onde ele estudava os componentes contraditórios e procurava o elemento que ocasionava, através da transformação dos elementos, um fato novo, que tinha como corolário a continuidade à história. Nesse norte, Marx desenvolveu, ainda, “a concepção materialista da História, o que quer dizer que o modo pelo qual a produção de uma sociedade é feita torna-se o fator que institui a organização política e a organização das representações intelectuais de um tempo” (LOPES, 2007:20).

No caso da análise das políticas públicas voltadas para a educação fundamental, dar movimento aos pensamentos é o mesmo que refletir a partir do empírico, quer dizer, refletir a respeito da situação educacional, como realidade dada à luz das práxis de todo o processo, e, através de elaborações de reflexões

chegar a dados concretos que desvelam a historicidade real educacional.

Desse modo, a análise das políticas públicas educacionais tem êxito ao se conseguir observar sua mais simples manifestação para que se percorra seu pensamento, reflita-se sobre ela e se analise o fenômeno pesquisado, motivo pelo qual o método contribui de sobremaneira neste trabalho para que “se ampliem as releituras e interpretações das políticas públicas através da percepção do princípio da contraditoriedade da realidade histórica e do que existe de relações profissionais sociais” (LOPES, 2007:21).

O método utilizado constrói-se se montando um novo sistema de hipóteses por meio de uma intervenção crítica num trabalho de pesquisa consistente em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade contemporânea e para melhor compreender o papel que atualmente desempenham na sociedade, estabelecendo, destarte, o processo de continuidade e de entrelaçamento entre os fenômenos abordados.

Para a investigação das políticas públicas adotadas no município de Princesa Isabel na área de educação foi adotada a abordagem qualitativa consistente num processo de investigação em base no diálogo entre o investigador e os respectivos sujeitos, visto que

os estudos qualitativos não são ensaios impressionísticos elaborados após uma visita rápida a determinado local ou após algumas conversas com uns quantos sujeitos. O investigador passa uma quantidade de tempo considerável no mundo empírico recolhendo laboriosamente e revendo grandes quantidades de dados. Os dados carregam o peso de qualquer interpretação, deste modo, o investigador tem constantemente de confrontar as suas opiniões próprias e preconceitos com eles (BOGDAN, 1994:67).

Como procedimento elegeu-se para o presente trabalho uma pesquisa qualitativa consistente na análise de documentos, aplicação de questionários à amostra representativa dos docentes da rede pública municipal de ensino, além de entrevistas parcialmente estruturadas aos secretários municipais que se sucederam no decorrer do período da pesquisa.

A. Da análise documental:

A pesquisa teve início com base na análise dos documentos existentes tanto na SECEDU, bem como todo o acervo de leis encontrado na Câmara Municipal de Vereadores do município de Princesa Isabel/PB, além de vasta pesquisa na rede mundial de computadores, em específico no sítio do Ministério da Educação e do Planalto Central.

Cumprir registrar que neste tipo de pesquisa

os documentos aportam informação diretamente: os dados estão lá, resta fazer sua triagem, criticá-los, isto é, julgar sua qualidade em função das necessidades da pesquisa, codificá-los ou categorizá-los... Onde, nesse caso, tratar o limite entre a coleta e a análise? Pois atribuir um código, associar a uma categoria, já é analisar, ou até interpretar. Para simplificar, pode-se concluir que a coleta da informação resume-se em reunir os documentos, em descrever ou transcrever eventualmente seu conteúdo e talvez em efetuar uma primeira ordenação das informações para selecionar aquelas que parecem pertinentes. (LAVILLE, DIONNE, 1999:167-168).

Foram analisados os vários documentos legais relativos à política educacional brasileira e ao Sistema Municipal de Educação de Princesa Isabel/PB, tais como: a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, o Decreto 6.094/07, que estabelece o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, a Lei Federal nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a Lei 10.172/01, que aprova o Plano Nacional de Educação, Lei Orgânica Municipal de

DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Princesa Isabel, a Lei Complementar nº 02/99, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Princesa Isabel, a Lei nº 866/0202 que dispõe sobre a criação e implementação do Sistema Municipal de Ensino, dentre outras.

A análise documental foi feita através de consulta aos documentos legais já citados, sendo uma técnica que contribuiu para a análise da implementação das políticas públicas referentes à educação no município de Princesa Isabel.

B. Da aplicação dos questionários:

Sobre a forma da coleta de dados ainda foram utilizados questionários com os professores cujo procedimento metodológico serve para interrogar os indivíduos que compõem a amostra, cuja abordagem mais usual consiste em preparar uma série de perguntas sobre o tema visado escolhidas em função da hipótese. Para cada uma dessas perguntas, oferece-se aos interrogados uma opção de respostas, definida a partir dos indicadores (LAVILLE, DIONNE, 1999:183).

C. Da realização das entrevistas:

Em relação aos secretários municipais de educação que se sucederam no período da pesquisa, optou-se por realizar entrevistas parcialmente estruturadas, cujos temas foram particularizados com questões abertas preparadas antecipadamente, entretanto utilizou-se do acréscimo de algumas perguntas improvisadas que se mostraram necessárias no decorrer das entrevistas em face das respostas ofertadas pelos entrevistados. (cf. LAVILLE, DIONNE, 1999:188).

Na entrevista parcialmente estruturada se privilegia a entrevista semi-estruturada porque esta, ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade

necessárias, enriquecendo a investigação, ficando-se com a certeza de se obter dados comparáveis entre os vários sujeitos entrevistados.

A entrevista contou com roteiro de perguntas (conforme Apêndice II) disposto em dois grupos. O primeiro tratou de questões relacionadas a variáveis, como formação, idade, sexo, tempo de experiência, local de atuação, função atual e tempo de exercício na função. O segundo teve por base perguntas voltadas às políticas públicas para o Ensino Fundamental no município de Princesa Isabel no período de 2000 a 2008, privilegiando o enfoque pedagógico e preservando as condições de espontaneidade e liberdade dos interlocutores. As entrevistas foram realizadas após prévio agendamento de hora e local, depois da explicação do objetivo e da importância de sua participação na pesquisa.

CAMPO E ATORES DA PESQUISA

A pesquisa teve como campo a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Princesa Isabel, cujo contexto foi discutido no Capítulo 2 deste trabalho, bem como as escolas da rede pública municipal de ensino, além de visitas às residências dos secretários entrevistados.

A amostra representativa dos entrevistados consistiu na escolha do percentual de 30% (trinta por cento) do total geral dos docentes da rede pública municipal de ensino, que corresponde atualmente a 47 (quarenta e sete) professores. Vale salientar que

o caráter representativo de uma amostra depende evidentemente da maneira pela qual ela é estabelecida. Diversas técnicas foram elaboradas para assegurar tanto quanto possível tal representatividade; mas, apesar de seu requinte, que permite diminuir muitas vezes os erros de amostragem, isto é, as diferenças entre as características da amostra e as da população de que foi tirada, tais erros continuam sempre possíveis, incitando os pesquisadores a exercer vigilância e seu senso crítico. (LAVILLE, DIONNE, 1999:169)

Os professores foram selecionados dentre os que se encontrem em pleno exercício das atividades no sistema municipal de ensino no período compreendido entre os anos de 2000 a 2008, sendo 32 (trinta e dois) que lecionem na sede do Município e 15 (quinze) que lecionem nas escolas do campo. Metade do total dos entrevistados será de professores das séries iniciais e metade de professores das séries finais do ensino fundamental. Foram selecionados professores de ambos os gêneros com qualificação técnica nos termos da legislação educacional. Neste sentido, importa ressaltar que

uma amostra probabilista é composta a partir de uma escolha ao acaso, tendo todos os elementos da população uma chance real e conhecida de serem selecionados. Esse conhecimento das oportunidades de cada um permite ao pesquisador calcular o erro de amostragem, isto é, avaliar os riscos de se enganar, generalizando para toda a população as conclusões de seu estudo sobre a amostra (LAVILLE, DIONNE, 1999:170).

Destarte, optou-se por uma amostragem por estratos onde

divide-se a população, a de nossos médicos, por exemplo, em estratos ou subgrupos em função de certas características úteis aos fins do estudo, como foi feito na amostragem por quotas, para em seguida estabelecer uma amostra aleatória de cada um desses estratos. Essa maneira de fazer permite principalmente reduzir o erro de amostragem sem aumentar a extensão da amostra global. (LAVILLE, DIONNE, 1999:171)

Como alhures dito, optou-se por uma amostra representativa no percentual de 30% (trinta por cento) do total geral dos que atuam no magistério da rede pública municipal do ensino fundamental, que à época

do recorte temporal desta pesquisa (2000-2008) estivessem em pleno exercício das suas atividades e obviamente se enquadrassem nos critérios úteis ao estudo em pauta, para que fossem os programas, projetos, políticas e ações voltados à educação fielmente avaliados pela amostra da população selecionada.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste último tópico, apresenta-se o eixo principal da pesquisa cujos referenciais são extraídos, por meio de uma análise criteriosa, dos instrumentos utilizados no decorrer da pesquisa, contudo, neste momento, buscou-se responder, à luz dos dados colhidos e dos critérios de cientificidade, se as políticas públicas para a educação básica de Princesa Isabel formaram ou não uma unidade dual no processo educativo do município

Contraposto à unidade dual detectou-se uma complexidade dualista existente entre **política e educação** como fato causador de graves danos à construção do processo educativo, onde a ausência de uma **relação dialógica, interacionista e democrática** de gestores e professores provocou uma quebra na fundação das políticas educacionais, que somente será contornada se superado for o dualismo existente pelo consenso dos interlocutores envolvidos.

Os dados analisados mostram que as políticas públicas educacionais, em face da complexidade dialética verificada pela tensão dos opostos, e das relações de influências recíprocas que uns exercem sobre os outros, deveriam ser trabalhadas de maneira que pudessem os atores envolvidos no processo manter uma estreita e correlata interação, onde o diálogo fosse o fio condutor dessa construção que pusesse de frente os homens em relação aos fatos e acontecimentos externos que embasam o fenômeno.

Verifica-se, portanto, que não há como se pensar em educação como fenômeno dissociado da política, pois essa separação seria um contra-senso ao princípio da liberdade democrática que funda o ideal político de

que a educação é um fenômeno de civilização, se constituindo numa prática indispensável ao homem para aquisição do conhecimento, sendo a unidade político-pedagógica a única fonte mediata capaz de superar a tensão dialética identificada entre os opostos. Tematizar-se-á o binômio **política e educação** cruzando dados à luz do pensar teórico da educação sob a dialeticidade dos opostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo sido a educação político-pedagógica em Princesa Isabel entre 2000-2008 objeto desta pesquisa, possibilitou manusear-se como objetivo desta pesquisa o modo como os professores se apropriaram e executaram as políticas públicas para a educação básica, tendo como problema a ser explicitado se os atores deste processo formaram ou não uma unidade político-pedagógica no período delimitante desta especulação.

A presença do dualismo no processo educativo em Princesa Isabel se constata claramente pela simples leitura do Gráfico 5, onde para 64% dos professores as políticas públicas implementadas pela SECEDU foram parcialmente concretizadas, cujo percentual é bastante significativo, exigindo a adoção de medidas enérgicas e imediatas consistentes numa reavaliação do sistema operacional das políticas educativas municipais.

Este inaceitável e alarmante percentual de professores que explicitamente deixam transparecer seu descontentamento com a sistemática procedimental do processo de criação e implementação das políticas educacionais gestada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura converge ao entendimento lógico da inexistência de uma unidade dual no implemento do processo político-pedagógico educacional em Princesa Isabel.

Nesse direcionamento, torna-se indispensável a manutenção urgente de uma relação dialógica entre os atores do processo educativo, não havendo como manter essa distância que separam gestores e

professores, a fim de evitar que o processo educacional se torne ainda mais complexo, iniciando daí uma crise sem precedentes que poderá dar causa a um indesejável colapso educacional provocando um rompimento do processo educativo que é a essência do saber.

De igual modo, percebe-se na leitura do Gráfico 9 que a SECEDU deve encontrar meios para disseminar ao alcance de todos e de maneira mais clara os objetivos, metas e os fins aos quais se prestam as ações políticas junto à comunidade docente visto que 38% destes não souberam ou não quiseram responder sobre o nível de satisfação para com as ações do PAR, bem como o considerável percentual de 26% dos professores também não souberam ou não quiseram responder sobre o nível de satisfação com as ações do CME. Essa constatação leva a crer que estas as ações ou não estão sendo desenvolvidas a contento ou necessitam de uma maior publicidade como forma de assegurar uma gestão democrática, competindo aos gestores reverem esse panorama e tornarem mais públicas suas ações para que todos, sem exceção, possam conhecer a fundo suas atribuições, competências e atividades desenvolvidas em prol da educação municipal.

Restou sobejamente configurado que a tensão vivenciada entre os opostos se dá quando professores se dizem oprimidos pela falta de clareza das políticas e que estas não de amoldam à realidade do município, impulsionada pela carência de uma gestão mais democrática, ao mesmo tempo em que os gestores se defendem apontando uma ferrenha resistência à mudança e falta de interesse por parte dos professores.

Nos termos da constatação acima apresentada, torna-se praticamente impossível asseverar que política e educação formaram uma unidade dual em Princesa Isabel no processo educativo durante o período dado, levando-se em consideração que as políticas públicas são encaradas como processo que culmina na escolha adequada e coletiva das prioridades que irão definir os interesses públicos, em cujo processo se contrapõem os

direitos, deveres, ônus e faculdades dos vários interessados na execução das políticas escolhidas.

Dessa forma, se essas escolhas na visão dos demais interessados não estão sendo adequadas à realidade local, política e educação não formaram uma unidade dual na construção do processo educacional de Princesa Isabel, cujo rompimento do processo se configura pela ausência de uma relação dialógica, interacionista e democrática entre gestores e professores que somente será absorvido e contornado se for buscada a superação do dualismo, sem prescindir da diferença, mas construindo a unidade.

Nessa perspectiva, as políticas públicas traçadas para a educação básica de Princesa Isabel devem ser equacionadas sob o prisma da cumplicidade epistêmica que a tensão causa, em face da proximidade e das relações de influências recíprocas que gestores e professores exercem uns sobre os outros.

No decorrer desta pesquisa, restou comprovada a existência de uma complexidadedialética entre gestores e professores na construção do processo educacional em Princesa Isabel, visto que estes últimos apontam como motivos ensejadores da não concretização das ações a não adequação das políticas públicas à realidade educacional do município, na visão de 45% dos professores, bem como a falta de clareza destas ações na visão de 33% destes profissionais, consoante se extrai da leitura do Gráfico 5. Ao mesmo tempo nas entrevistas realizadas com os gestores estes por sua vez apontam que as maiores dificuldades enfrentadas pelos mesmos para implementação das políticas foram justamente a resistência à mudança e a falta de interesse por parte dos professores, situação está típica que vai de encontro ao ideal de uma educação libertadora face à complexidade dialética vivenciada entre os opostos. Nesse limiar nota-se que a complexidade dialética é presente em todo o processo de construção das ações educativas em lugar da cumplicidade dialética, onde a ausência de um processo interativo entre os sujeitos desse cenário cognitivo por meio da uniformização da linguagem entre os atores

envolvidos na ação se configura como vetor do insucesso das ações políticas para a educação básica de Princesa Isabel.

Urge ressaltar que para a construção democrática das ações educativas torna-se imprescindível a existência de uma relação dialógica entre gestores e professores, já que não subsiste sem o pensar de ambos dentro da realidade em que se inserem, sendo necessário que o gestor seja capaz de conhecer as condições estruturais nas quais o pensar e a linguagem do professor, dialeticamente, se constituem.

No entanto, a evidência da tensão dialética constatada nesta pesquisa sugere que, embora diversas medidas de política educacional tenham potencial de contribuir para o aprimoramento da educação municipal, a magnitude do desafio da qualidade está além do potencial das políticas traçadas, sugerindo que a perspectiva da continuidade não pode abrir mão da criatividade e da inovação, sob o aprimoramento constante da relação dialógica dos sujeitos na integração do processo político-pedagógico.

Assim posto, não deve a construção desse processo em Princesa Isabel se deixar abalar pela complexidade dualística, já que avanços são detectados na tensão dialética por experiências exitosas que se encaminham a uma unidade político-pedagógica embrionária, gestada pela cumplicidade dialética interativa por meio da uniformização da linguagem entre os atores envolvidos na ação educativa.

Registre-se, ainda, que o presente trabalho não teve a pretensão de esgotar o assunto, mas de contribuir para o debate sobre as políticas educacionais para a educação básica no município de Princesa Isabel, apresentando dados concretos de uma determinada situação que trouxe à tona a identificação da tensão dialética entre os opostos na construção das ações que fundam o fenômeno educativo.

Infere-se que as considerações extraídas da relação entre os sujeitos envolvidos na construção do processo educacional não servem apenas para ser mais

um dado isolado geograficamente num país de dimensões continentais, mas para poder ser compartilhado, compreendido e aproveitado por outras pessoas e por quem valoriza a experiência político-educacional, face ao princípio da unicidade que rege o nosso sistema.

Considerando-se esse aspecto, confirma-se o hipoteticamente dado: a política pública ea educação em Princesa Isabel não realizaram a unidade político-pedagógica entre os anos de 2000 a 2008, entretentes, é verossímil dizer-se que o processo educacional de Princesa Isabel não se deixou abalar pela complexidade dualística, mas tem avançado na tensão dialécticarumo à unidade político-pedagógica de ação por ter sido esta gestada na experiência que lhe é peculiar.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paze Terra, 1995.
- ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise. Oferta educativa e responsabilização no PDE: o plano de ações articuladas. **Cadernos de Pesquisa**, [online]. 2008, vol.38, n.135, pp. 779-796. ISSN 0100-1574. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n135/v38n135a12.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.
- ARISTÓTELES. **A política**. Tradução Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Tecnoprint,1985.
- AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 4. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Globo,2008.
- AZANHA, José Mário Pires. Uma idéia sobre a municipalização do ensino. **EstudosAvançados**, [online]. 1991, vol.5, n.12, pp. 61-68. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n12/v5n12a05.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2011.
- AZEVEDO, José Clóvis de. Escola cidadã, mercoescola e a reconversão cultural. In: FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. **Fragmentos daglobalização na educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 24. ed. São Paulo:Malheiros, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- _____. Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007. Estabelece o Plano de Metas CompromissoTodos pela Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 abr. 2007.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 28 fev. 2011.
- _____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.
- _____. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2001.
- BRASIL. Lei 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea "e" do inciso III do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 jul. 2008.
- _____. Ministério da Educação. Disponível em : <www.mec.gov.br>. Acesso em: 27 mar.2011.
- _____. Ministério da Educação. **Conferência Nacional da Educação Básica**. Brasília:MEC, 2008.
- _____. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em : <<http://www.fnede.gov.br/>>. Acesso em: 27 out. 2011.
- _____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões,princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.
- _____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC/INEP, 1997.
- _____. Ministério da Educação. **Políticas públicas e educação**. Brasília: INEP/Fundação Carlos Chagas/UNICAMP, 1987. Série Encontros e debates; 1.
- BRITO, Emídio Fontenele de; CHANG, Liz Harding. **Filosofia e Método**. São Paulo:Loyola, 2002.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas públicas e direito administrativo**. São Paulo:Saraiva, 2006.
- CORRÊA, Marilda Siqueira. **Políticas públicas para a educação municipal: um estudo do município de Paraisópolis – MG**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -- Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,Belo Horizonte, MG, 2009.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 10. ed. São Paulo: Atlas,1999.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. [online].Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2011.